

A “ESCOLA DA ESCOLHA” NO NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

THE “SCHOOL OF CHOICE” IN THE NEW HIGH SCHOOL: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF FULL-TIME EDUCATION

Júlia Duarte Santiago Nunes¹

RESUMO: Este artigo discute os desdobramentos do Novo Ensino Médio (NEM) na educação em tempo integral, a partir da experiência da disciplina eletiva *Oficina de Redação* no Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte, em Aracaju (SE), no ano de 2023. A iniciativa foi implementada no âmbito do Programa Residência Pedagógica e articulada ao modelo de salas temáticas adotado pela instituição. O objetivo principal foi auxiliar os estudantes em suas recorrentes dificuldades na produção textual, em especial, na construção da argumentação, na organização das ideias e na elaboração de textos dissertativo-argumentativos, conforme exigido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para tanto, foram empregadas metodologias ativas, recursos diversificados e a reorganização do espaço pedagógico, estimulando a participação e o protagonismo juvenil. Os resultados apontaram melhora significativa no desempenho dos estudantes, confirmando o potencial formativo da integração entre inovação metodológica, práticas colaborativas e reorganização curricular. Além disso, a articulação entre universidade e escola, proporcionada pelo Programa Residência Pedagógica, revelou-se essencial para a formação inicial dos licenciandos e para a reflexão crítica da prática docente. Conclui-se que o NEM, quando associado à propostas inovadoras em tempo integral, pode favorecer uma aprendizagem mais dinâmica, equitativa e alinhada às demandas contemporâneas.

1888

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Educação em tempo integral. Salas temáticas. Produção textual. Protagonismo juvenil.

ABSTRACT: This article discusses the developments of the New High School (NHS) in full-time education, based on the experience of the elective course *Writing Workshop* at the Dom Luciano José Cabral Duarte Excellence Center, in Aracaju (SE). The initiative was implemented within the Pedagogical Residency Program and connected to the thematic classroom model adopted by the institution. Its main objective was to address students' recurring difficulties in writing, especially in constructing arguments, organizing ideas, and producing argumentative essays, as required in the Brazilian National High School Exam (ENEM). To achieve this, active methodologies, diversified resources, and the reorganization of pedagogical spaces were employed, encouraging participation and youth protagonism. The results indicated significant improvements in students' performance, confirming the formative potential of integrating methodological innovation, collaborative practices, and curricular reorganization. Furthermore, the articulation between university and school, enabled by the Pedagogical Residency Program, proved essential for pre-service teacher education and for fostering critical reflection on teaching practices. It is concluded that the NHS, when associated with innovative full-time initiatives, can promote a more dynamic, equitable, and contemporary-oriented learning experience.

Keywords: New High School. Full-time education. Thematic classrooms. Writing skills; Youth protagonism.

¹Doutoranda em História da educação, Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

A promulgação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) trouxe mudanças significativas para a organização curricular, com ênfase nos itinerários formativos, nas eletivas e na ampliação da carga horária mínima anual. No caso das escolas que funcionam em tempo integral, tais mudanças demandaram a adoção de novos formatos de organização do espaço escolar e do tempo pedagógico, como a proposta de salas temáticas, em que os alunos circulam entre os ambientes de acordo com as disciplinas. Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta uma reflexão sobre os desdobramentos do Novo Ensino Médio para a educação em tempo integral a partir de uma experiência concreta vivenciada no Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte, em Sergipe. Sendo assim, a disciplina eletiva *Oficina de Redação* foi criada no âmbito do Programa Residência Pedagógica com o objetivo de desenvolver habilidades de escrita e argumentação, articulando metodologias inovadoras e a prática em salas temáticas.

Nesse sentido, vale destacar que a escrita é uma habilidade fundamental para a comunicação, tanto na esfera escolar quanto nos ambientes acadêmicos e profissionais. Dessa maneira, ao analisar o perfil do público alvo do Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte, notou-se a necessidade de criar uma eletiva de redação com o intuito de servir como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento das habilidades de escrita, principalmente, no que se refere à expressão de ideias de maneira objetiva e coerente, conforme os padrões exigidos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma vez que a referida instituição de ensino tem um público interessado no ingresso em universidades públicas que exigem a produção de um texto dissertativo argumentativo em seus processos seletivos.

1889

Ao levar em consideração o aprofundamento da formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura e a valorização da experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional, o Programa Residência Pedagógica (PRP) contribui significativamente para o aperfeiçoamento das metodologias aplicadas pelos preceptores e para formação dos residentes que têm a oportunidade de imergir no ambiente escolar e de participar da rotina desafiadora do ensino nas escolas públicas. Além disso, é importante destacar que a reaproximação dos docentes ao meio acadêmico colabora para uma reflexão de suas práticas de ensino, motivando a inserção de novas metodologias.

Nessa perspectiva, a preceptora e as residentes construíram a Eletiva “Oficina de Redação”, com o objetivo de ensinar técnicas de escrita para auxiliar a compreensão e produção de textos dissertativos argumentativos, conforme os padrões exigidos na prova de redação do

Exame Nacional do Ensino Médio, e de contribuir para a concretização do Projeto de Vida dos estudantes, uma vez que, como falamos anteriormente, grande parte dos alunos pretende ingressar em instituições de ensino superior que possuem a redação em seus processos seletivos. Nesse sentido, consideramos as orientações do ICE (2016):

Na escola da escolha, os componentes curriculares são elementos fundamentais do processo de formação e de construção do Projeto de Vida e as Eletivas são uma oportunidade para a ampliação do seu repertório de conhecimentos. O diálogo que se pretende entre as Eletivas e o Projeto de vida está na possibilidade de ampliação do menu, de “coisas para se pensar a respeito”, “de coisas a se descobrir” e, assim, iniciar um processo de enriquecimento e diversificação do repertório de conhecimento e vivências culturais, artísticas, esportivas, científicas, estéticas, linguísticas etc. (ICE, 2016, p.23)

Nessa perspectiva, vale ressaltar, que essas atividades foram desenvolvidas no contexto de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e consolidado por meio de alterações recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente a essa etapa da Educação Básica e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). A estrutura normativa do NEM fundamenta-se em três eixos centrais: a promoção do protagonismo juvenil e da construção de projetos de vida, viabilizada pela escolha dos itinerários formativos; a ampliação da carga horária, com foco na valorização dos processos de aprendizagem; e a garantia dos direitos de aprendizagem de todos os estudantes, a partir da definição de conteúdos e competências essenciais estabelecidos pela BNCC. Sendo assim, o NEM é resultado de um processo de discussões e formulações que se estendem ao longo de décadas, mobilizando diferentes segmentos sociais e apoiando-se em fundamentos pedagógicos, legais e normativos. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, estabelece, em seu artigo 205, que a educação deve assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa e prepará-la para o exercício da cidadania, além de, no artigo 206, garantir igualdade de acesso e permanência na escola, assegurando a liberdade de aprender, ensinar e se expressar.

Não obstante seu respaldo jurídico, vale dizer que a implementação do NEM tem sido marcada por intensas controvérsias. Diante desse contexto, o Ministério da Educação, em resposta às críticas de entidades educacionais e à mobilização de diversos grupos sociais, suspendeu temporariamente a Portaria MEC nº 521/2021, que estipulava o cronograma de execução do modelo. Entre as principais objeções levantadas, destacam-se a redução da carga

horária dedicada às disciplinas tradicionais e o potencial aumento das desigualdades entre escolas públicas e privadas, em função das dificuldades estruturais enfrentadas por grande parte das redes de ensino no cumprimento das metas estabelecidas. Sendo assim, sua implantação ocorreu de forma progressiva, tornando-se, contudo, obrigatória em todas as instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio. O novo arranjo pedagógico prioriza uma aprendizagem voltada para a formação cidadã e para o desenvolvimento de competências e habilidades, distribuídas em quatro grandes áreas do conhecimento. Nesse formato, os estudantes podem escolher itinerários formativos em consonância com seus interesses, projetos de vida e perspectivas profissionais. Com isso, o Brasil aproxima-se de tendências globais que defendem o protagonismo juvenil e currículos mais flexíveis e diversificados, possibilitando trajetórias acadêmicas ou profissionais condizentes com as aspirações individuais. Por outro lado, se faz necessário considerar as especificidades orçamentárias e culturais de cada região, entendendo que a cópia de práticas de experiências de outros países não garante o sucesso da aprendizagem.

Com o propósito de atender às diretrizes do Novo Ensino Médio, a experiência pedagógica em questão foi estruturada a partir de dois eixos centrais. O primeiro refere-se ao modelo pedagógico do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016), que propõe a organização de salas temáticas como espaços dinamizadores do processo de aprendizagem e promotores da corresponsabilidade estudantil. De acordo com o instituto: “os componentes curriculares são elementos fundamentais do processo de formação e de construção do Projeto de Vida, e as Eletivas representam uma oportunidade de ampliação do repertório de conhecimentos” (ICE, 2016, p. 2). O segundo eixo foi o campo da argumentação e da produção textual, especialmente a partir das contribuições de Koch e Elias (2016), que compreendem a escrita como prática social situada e defendem que “argumentar é tentar influenciar o nosso interlocutor por meio de argumentos cuja constituição demanda apresentação e organização de ideias, bem como estruturação do raciocínio que será orientado em defesa da tese ou ponto de vista” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 34). Essa perspectiva orientou a condução da disciplina *Oficina de Redação*, desenvolvida com base na metodologia a seguir.

MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP), que contribui para o aprofundamento da formação teórico-prática de licenciandos, ao mesmo tempo em que proporciona aos professores da educação básica a oportunidade de refletir sobre suas

práticas. A eletiva *Oficina de Redação* foi ministrada a 35 estudantes, com encontros semanais de 1h40min. A elaboração da disciplina contou com a participação da preceptora e de três residentes, sob orientação da coordenação do PRP da Universidade Federal de Sergipe. As primeiras aulas focaram nas cinco competências avaliadas na redação do ENEM, com ênfase nas competências II e III, que tratam da compreensão de propostas e da organização argumentativa. Posteriormente, foram explorados temas diversos, como capacitismo, inteligência artificial, tabagismo e trabalho análogo à escravidão.

Para favorecer a aprendizagem, as residentes elaboraram materiais didáticos contendo conceitos, citações, manchetes, músicas e filmes relacionados aos temas, o que colaborou para o desenvolvimento da argumentação e da criatividade dos estudantes. Entre as metodologias empregadas, destacou-se a realização de um júri simulado sobre o tema “A inteligência artificial e os seus impactos no Brasil”, no qual os alunos construíram argumentos a favor e contra a utilização dessa tecnologia, mobilizando pesquisas, dados e reflexões críticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da *Oficina de Redação* no contexto das salas temáticas promoveu mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem. Em primeiro lugar, possibilitou a diversificação das estratégias pedagógicas, com maior engajamento dos estudantes nas atividades propostas. Além disso, a ambientação das salas temáticas favoreceu o uso imediato de recursos tecnológicos e reduziu conflitos que antes ocorriam durante os intervalos nas salas fixas.

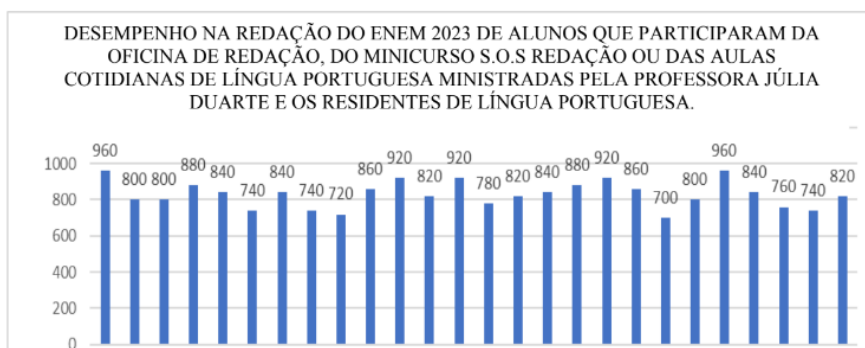
1892



Imagem da sala temática de Língua Portuguesa. Fonte: arquivo pessoal

Os resultados também evidenciaram avanços no desempenho dos estudantes na redação do ENEM de 2023, conforme registrado no gráfico a seguir, demonstrando que a

articulação entre o ensino de tempo integral, as metodologias ativas e o uso das salas temáticas impactaram positivamente a formação dos discentes envolvidos.



Nessa perspectiva, a experiência reforçou a relevância das eletivas como espaço privilegiado para o desenvolvimento de habilidades específicas e para a ampliação do repertório cultural dos estudantes. Além disso, evidenciou que a integração universidade-escola, proporcionada pelo PRP, fortalece a inovação pedagógica e a reflexão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a experiência com a *Oficina de Redação* no Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte demonstrou que os desdobramentos do Novo Ensino Médio na educação em tempo integral podem potencializar a formação dos estudantes quando associados à metodologias inovadoras e ao uso adequado dos espaços escolares. Dessa maneira, a adoção das salas temáticas e das eletivas contribuiu para a melhoria do desempenho acadêmico, para o protagonismo estudantil e para a corresponsabilidade no processo educativo. Ao mesmo tempo, o Programa Residência Pedagógica reforçou a aproximação entre universidade e escola, promovendo a formação prática dos licenciandos e a reflexão crítica dos professores da educação básica. Assim, conclui-se que o Novo Ensino Médio, quando articulado à experiências como esta, pode favorecer uma educação integral mais dinâmica, significativa e alinhada às demandas contemporâneas. Contudo, para que tais práticas se consolidem em larga escala, é indispensável garantir condições estruturais, formação continuada de docentes e políticas públicas que assegurem equidade e qualidade no ensino.

REFERÊNCIAS

MORIM S, et al. Novo Ensino Médio: desafios e perspectivas no cenário educacional. *Mosaico* – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 14, n. 3, p. 141-148, set./dez. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação, PNE – 2014-2024: Linha de Base*. Brasília, DF: INEP, 2014. 404 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rcebo03-18/file>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Implementação do Novo Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Formação Geral Básica: o que há de novo no Ensino Médio. Texto de Referência*. Brasília, DF: MEC, 2021a. Disponível em: <https://www.nossensinomedio.org.br>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=417213>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *O novo ensino médio: desafios e possibilidades*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2018. 139 p.

CARNEIRO, Moacir Alves. *BNCC fácil: decifra-me ou te devoro – BNCC, novo normal e ensino híbrido*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 296 p.

GOMES, Anderson Severiano. *Ensino médio: novas bases para sua função social*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021. 189 p.

GONÇALVES, Virgínia Siqueira et al. *Base Nacional Comum Curricular: tudo sobre habilidades, competências e metodologias ativas na BNCC: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio*. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2020. 512 p.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. *Modelo pedagógico: ambientes de aprendizagem*. Recife: ICE, 2016.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. *Modelo pedagógico: metodologias de êxito da parte diversificada – componentes curriculares do ensino médio*. Recife: ICE, 2016.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

PEREIRA, Ademar Batista. *Novo Ensino Médio no Brasil – 2022*. Brasília, DF: FENEP, 2021. Disponível em: <http://www.fenep.novoensinomedio>. Acesso em: 7 set. 2025.